

ABREU, Maurício de. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. 147 pgs. Resenha.

Os geógrafos brasileiros estavam perdendo terreno na análise interna das cidades para os estudiosos das demais disciplinas, não dando continuidade aos trabalhos pioneiros, como os de Milton Santos (*O Centro da Cidade de Salvador*, 1959), voltando-se, com prioridade, para a análise urbano-regional, sobretudo no exame das redes e sistemas urbanos.

O estudo de Maurício Abreu, apesar da demora da publicação (levantamento concluído em 1978) e de ser baseado em fontes secundárias, é uma contribuição importante, sobretudo pelo entendimento e explicitação dos elementos e agentes mais importantes que atuam no processo de estruturação do espaço urbano de uma metrópole brasileira.

O estudo objetiva "*explicar o presente através do passado histórico que lhe deu forma e conteúdo*" e "*demonstrar o grau de estratificação social do espaço metropolitano do Rio...*"(p.11).

A nível teórico, o trabalho procura utilizar a categoria Formação Social através da articulação dos conceitos Processo, Função, Forma-Aparência (representação da acumulação de tempo) e Forma-Conteúdo (realização de função determinada pelo período atual) (pgs. 16 e 30).

O estudo parte da compreensão de que a estrutura espacial da cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas e examina o processo de segregação (p.11) e de periferização urbana, este último entendido não só pela localização distante,

mas também pela não acessibilidade ao consumo de bens e serviços (p.14).

Comparando com os modelos teóricos desenvolvidos a partir da realidade das metrôpoles dos países capitalistas avançados, constata que a área metropolitana do Rio está tomando uma configuração espacial oposta às metrôpoles centrais, estando as classes mais altas concentradas no núcleo metropolitano, em elevadas densidades (p.17).

Sendo raros os recursos aplicados em bens urbanísticos, a solução encontrada no Rio foi a de aglomerar os ricos em torno desses bens e impedir a entrada dos pobres nesses núcleos ou expulsá-los para fora (através da empresa privada, via especulação imobiliária, e do Estado, através da legislação elitista, da erradicação de favelas, da renovação urbana, das taxas crescentes e da política habitacional segregacionista (pgs. 17 e 145). Segundo o autor, antes do século XIX, tendo em vista as necessidades de defesa, a falta de transportes coletivos e a maioria da população escrava, a cidade do Rio era bastante densa e heterogênea, a elite diferenciando-se mais pela aparência das residências que por sua localização (p.35).

A separação dos usos e classes sociais deu-se a partir da introdução do transporte coletivo: o bonde por animais (1859) e o trem a vapor (1870). A "cidade capitalista" começou então a ser dividida em três partes: o núcleo, onde predominavam as atividades não residenciais e os cortiços, os bairros da zona sul, servidos por bondes, sendo ocupados pelos usos "nobres" e classes ricas, e os subúrbios da zona norte, servidos por trens, ocupados pelos usos "sujos" (indústrias, etc.) e pelos pobres.

A associação entre a implantação das linhas de bondes e os novos loteamentos fica clara, assim como a aplicação dos lucros

da aristocracia cafeeira em propriedades urbanas (pgs. 44 e 140).

A primeira grande intervenção estatal é realizada no início do século XX pelo Prefeito Passos (o "Hausmann carioca"), visando dar uma nova imagem à capital do Brasil (1902-1906), dando continuidade à guerra aos cortiços, iniciada pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, o que vem resultar, além da modernização das áreas centrais e "nobres", no aparecimento das primeiras favelas (1897). Com o aumento dos fluxos migratórios, desde o início do século, amplia-se o número de favelas e de seus habitantes.

Nos períodos mais recentes, a atuação do Estado continua a reforçar a estrutura "núcleo-periferia" do Rio, através de investimentos públicos que sempre privilegiam os locais que asseguram o retorno financeiro, como o núcleo hipertrofiado e rico (p.11) e de ações que resultam na periferação dos pobres (erradicação de favelas no núcleo e construção de conjuntos habitacionais na periferia).

O trabalho conclui que a estruturação espacial do Rio de Janeiro reflete os sistemas de divisão do poder político e das consequentes formas de distribuição de renda no país, e da preocupação do Estado de garantir, sobretudo, a reprodução do capital (p.144).

Pedro de Almeida Vasconcelos\*

---

\* Geógrafo. Professor do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.